



**Reunião Ordinária da Assembleia  
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

**17.12.2013**

**Ata três/2013**

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de 2013, com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de dezembro de 2013 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: ----

**Antes da Ordem do Dia:**

1. Período antes da ordem do dia.

**Ordem do dia:**

1. Apreciação e votação da proposta de revisão dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por força da lei 75/2013 de 12 de setembro;
2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para 2014;
3. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.

-----  
Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

-----  
Estiveram ainda presentes o Secretário Executivo, Teresa Taborda, Cristina Diogo, Isabel Teodósio e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

## Antes da Ordem do Dia:

### 1. Período antes da ordem do dia.-----

Iniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por indicar as faltas com substituições enunciando o deputado Nelson de Carvalho, do PS, sendo substituído por Manuel Duarte dos Santos, que já tinha tomado posse.-----

Arnaldo Santos, do PSD, sendo substituído pela deputada Maria Elisa Bernarda, que teve de se dirigir ao púlpito para tomar posse, e o deputado José Delgado, do PSD, visto se encontrar ausente do país, sendo substituído pelo deputado Tiago Carrão, que já tinha tomado posse.-----

Por outro lado, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que o deputado Joaquim de Jesus Carmo Gomes, do PS, pediu suspensão do mandato por um período de 6 meses, sendo o mesmo substituído pela deputada Patrícia Anacleto (que já tomou posse), contudo, por impossibilidade de estar presente foi substituída pelo deputado Henrique Lobo, que teve de tomar posse.-----

Após estas notas, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal questionou os presentes que queriam usar da palavra, tendo-se inscrito o deputado Manuel de Sousa Ligeiro. Referiu que iria fazer uma pequena intervenção sobre a saúde, que se passa a transcrever:-----

Na introdução das Opções do Plano e Orçamento/2014, lê-se: "Perante a estratégia futura do Médio Tejo 2014-2020, os objetivos de médio prazo da CIMT assentam nas 5 orientações estratégicas, nas quais assentará o plano de ação orientado para a sua comunidade e que assenta em estratégias de desenvolvimento local e regional integradas e multissetoriais, concebidas com base nas necessidades e no potencial locais e regionais, promovendo a governação conjunta através da total participação da comunidade local regional na definição de objetivos municipais e supramunicipais". -----

Tendo em conta que os serviços públicos estão a ser desativados/encerrados, como é o caso das autarquias, serviços de saúde, correios, entre outros-----

Tendo em conta que os cuidados de saúde primários não satisfazem as necessidades e não há perspetivas de melhorarem-----

Tendo em conta que a organização em curso dos cuidados hospitalares não está a ser feita com base nas necessidades da população-----

(alerto aqui que a Assembleia para o facto de haver infirmações, não confirmadas, de mais concentrações em Abrantes (Urgência de Psiquiatria) e de encerramento das urgências de Tomar a partir de certa hora.-----

Pergunto como é possível compatibilizar estes factos com a elaboração de um plano de ação assente em estratégias concebidas com base nas necessidades ... e na participação da comunidade ...-----

Pergunto ainda se a CIMT tem participado ou sido informada das medidas de reorganização dos cuidados hospitalares do Médio Tejo."-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal pediu a todos os deputados silêncio quando os restantes deputados estão a falar e a apresentar as suas propostas.-----

De seguida, foi dada a palavra ao deputado António Ferreira que comentou estar em agendados dois assuntos importantes para decisão, contudo, referiu que se encontrava em falta a atividade da CIMT nos últimos 6 meses, que considerava indispensável para as tomadas de decisão. Terminou a sua intervenção propondo à mesa que fosse dado conhecimento da atividade da CIMT, fosse dado conhecimento das atas do Conselho Intermunicipal, bem como, da atividade do Secretariado

Executivo. Solicitou também a atividade do Conselho Estratégico, que referiu abordar mais à frente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal informou todos os presentes que as atas solicitadas estavam todas disponíveis no Sítio da Internet desta CIM. Por outro lado, comentou que assim se poupava papel e eventuais impressões, pois estavam disponíveis online.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os demais presentes.-----

Sugeriu, antes de fazer referência ao que foi abordado anteriormente, que pudesse ser mudada a orgânica da sala, pelo facto de como estava agora organizada ter dificuldade, tal como, o Secretário Executivo de ver todos os presentes. Assim, sugeria que a sala pudesse ser mudada, de modo a que todos ficassem virados para a frente como era inicialmente, com o púlpito colocado de lado, para os deputados puderem fazer as suas intervenções de pé de frente para todos.-----

Quanto às questões sobre a saúde levantadas pelo deputado Manuel Ligeiro, esclareceu que nem sempre têm toda a informação, mas que queria dar conta a todos, que estava em cima da mesa uma reunião para o início de janeiro com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, para ser feito um ponto de situação, tal como se prevê a todo o momento a marcação de uma reunião com o Conselho Intermunicipal para averiguar o estado da prestação dos cuidados de saúde primários, uma vez que tinham havido eleições à muito pouco tempo, e só muito recentemente é que foram completados os elementos que integram aquele órgão. Informou que hoje tinha falado com a Diretora Executiva do ACES do Médio Tejo, que lhe comentou que do ponto de vista da prestação da informação sobre esta matéria, apenas está disponível a informação referente a fecho de contas em março. Mais disse, que não estão descurados de modo algum os mais variados assuntos emergentes relativamente a esta temática.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal, pediu a todos antes mesmo de se passar ao período antes da ordem do dia, e de apresentar a moção aprovada pela Assembleia Municipal de Alcanena, que todos os documentos que viessem a esta reunião, nos fossem enviados com antecedência, pelo menos, um dia ou dias de antecedência, para todos com calma tivéssemos tempo de os ler e analisar.-----

Na sequência da sugestão acima referida, o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal, leu a moção apresentada pela Assembleia Municipal do Concelho de Alcanena que se transcreve na íntegra:-----

“ Os Membros desta Assembleia tiveram conhecimento através da respetiva Mesa, da Moção de Censura apresentada e aprovada por unanimidade na Reunião da Câmara Municipal de Alcanena de 24 de outubro de 2013.-----

Esta Moção de Censura refere-se a graves atribulações a que foi sujeito um nosso Município e utente do SNS, em coma, na sua transferência dos hospitais da Universidade de Coimbra, onde estava internado, após acidente grave ocorrido em Pombal, para o Hospital da área da sua Residência.-----

Esta transferência transformou-se numa odisseia que obrigou o utente a uma deslocação de cerca de 9h e de 262 Km.-----

Esta deslocação iniciou-se entre o referido Hospital e o Hospital Distrital de Santarém, onde inicialmente aceitou e depois foi recusado. Em seguida, esta mesma situação, por várias razões veio a repetir-se nos Hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo, tendo passado pelo de Torres Novas, Abrantes e finalmente Tomar onde ficou internado.-----

Considerando que:-----

Esta situação, pela sua gravidade e ao que se sabe recorrente, por motivos diversos, é vista pelos Municípios/Utentes como resultado da falta de articulação e comunicação fiável entre os diversos Serviços, aparentemente sem qualquer preocupação em assegurar o encaminhamento mais adequado ao doente;-----  
Situções similares são geradoras de riscos acrescidos para os Utentes e de maiores custos para o SNS;-----  
Apesar de várias iniciativas de evidência desta problemática, não temos conhecimento de conclusões sobre as verdadeiras causas e responsabilidades e muito menos, da implementação de ações corretivas;-----  
Neste enquadramento, qualquer um dos Municípios/Utentes poderá ser um potencial lesado, com consequências, no limite fatais, para a sua vida;-----  
Propomos que, em reforço de outras ações, sensibilizar os Responsáveis por estes Serviços, de que são moral e profissionalmente responsáveis pela continuidade desta inoperância e que os Municípios/Utentes e os seus Representantes Eleitos, não deixarão de tomar medidas adequadas, caso esta subsista.”-----

-----  
O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal referiu estar o assunto em discussão, passando a palavra ao deputado Silvestre Pereira. Iniciou a sua intervenção pedindo a todos desculpa, pelo facto de ter sido entregue em cima da hora, reconhecendo isso e considerando a importância destes documentos serem entregues mais cedo, contudo, não lhe tinha sido mesmo possível. Comentou que se tratava de uma ação de sensibilização, de modo a contribuir para melhorar a interação dos serviços.-----

Foi de seguida, dada a palavra ao deputado João Simões. Disse que esta situação era uma vergonha e que envergonhava, não só os responsáveis como todos nós. Considerou ser uma situação indesculpável e que certamente não se deveria repetir.-----

Fez entretanto uso da palavra a deputada Ana Cláudia Cohen, que referiu ser uma situação que tinha abalado o concelho de Alcanena. Referiu que foram vários os contactos efetuados para o Centro Hospitalar do Médio Tejo, ninguém sabia onde estava o doente, deixando a família num angústia muito grande. Por outro lado, informou todos os presentes que o doente ainda se encontrava em coma.-----

-----  
O deputado Manuel Sousa Ligeiro interveio também, pedindo a que este tipo de situações não se voltassem a repetir, devendo todos lutarmos para as urgências fossem melhoradas.-----

O deputado João Simões pediu novamente para usar da palavra, propondo que se guardasse fazer um minuto de silêncio pelo falecimento do Nelson Mandela. Foi de seguida os presentes guardaram o minuto de silêncio.-----

-----  
Ainda antes do período da ordem do dia, O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal, deu conta que estavam duas atas das reuniões anteriores para aprovação, respetivamente as atas do dia 26 de junho e 27 de novembro. Comentou que tinha sido enviado pelo deputado Cândido Marques, dos Independentes por Alcanena, uma proposta de correções a estas atas, essencialmente relativas a pequenos lapsos de escrita. Mais disse que, tinham sido tidos em consideração as sugestões, estando as mesmas já corrigias e incorporadas. Foram ambas colocadas a votação. A ata de 26 junho foi aprovada por maioria, não tendo nenhum voto contra, mas 16 abstenções. A ata do dia 27 de novembro foi igualmente aprovada por maioria sem votos contra, com duas abstenções.-----

**Ordem do dia:** -----  
-----

## **1. Apreciação e votação da proposta de revisão dos Estatutos da Comunidade intermunicipal do Médio Tejo, por força da lei 75/2013 de 12 de setembro.**-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal para apresentar este ponto da ordem dia.-----

A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMT iniciou a sua intervenção referindo que este assunto decorre da alteração da própria lei e da inclusão dos dois novos municípios, o da Sertã e o de Vila de Rei, tendo sido feito neste âmbito a adaptação ao novo território, bem como, aos órgãos e às competências, desta lei que está neste momento em vigor. Deixou à consideração dos restantes deputados a avaliação e discussão deste assunto.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra ao deputado João Simões que referiu que esta revisão advinha da necessidade de se adequar à lei 75/2013. Considerou a proposta incompleta afirmando que a lei tem mais conteúdos, devendo esta proposta de estatutos fazer referência a esses conteúdos como fazia anteriormente, nomeadamente: formas de votação; duração do mandato; deliberações, eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal; as reuniões desse Secretariado; estatutos dos membros; vacatura. Nas receitas e despesas adaptar-se ao que estava nos anteriores estatutos. Por último, em relação à prestação de contas entende que se deve manter o mesmo que estava nos estatutos anteriores em que as contas eram enviadas para as assembleias municipais dos municípios integrantes.-----

Esta proposta, com as alterações sugeridas e com outras alterações e/ou acrescentos introduzidos no decurso da discussão, tem condições para ser aprovada e depois objeto de redação final pelo Conselho Intermunicipal.-----

Foi de seguida dada a palavra do deputado João Lérias, da bancada do PS que, analisou o documento apresentado, bem como, as sugestões apresentadas pelo deputado João Simões. Coube-lhe dizer que consideram que não deveriam ser admitidos nos estatutos, porque em bom rigor, tratava-se de transposições da lei, fazendo que os estatutos ficassem muito maçudos. Consideram importante o artigo 42.º apresentado pelo deputado João Simões, bem como, a proposta de alteração ao artigo 15.º, que diz respeito ao quórum de deliberação.-----

Mais disse, que lhe parecia fazer sentido ser criada uma comissão sobre este assunto, devendo as alterações solicitadas fazerem sentido ser incorporadas em sede de regimento e não fazerem parte dos estatutos.-----

Por outro lado, a única sugestão que considera que devia ser avaliada e referida pelo Deputado João Simões tinha a ver com a questão da fiscalização do julgamento das contas, entendendo que a este nível aquilo que resulta da lei simplesmente dá conhecimento ao tribunal de contas é demasiado redutor.-----

Terminou a sua intervenção referindo a necessidade de contemplar o artigo 42.º, bem como, a alteração ao artigo 15.º que tem a ver com o quórum de deliberação.-

Foi entretanto concedida a palavra ao deputado João Simões, que referiu que por exemplo o artigo 28.º dizia respeito ao Conselho Intermunicipal, e não tem que ver com a Assembleia Intermunicipal, e também que existem outros artigos referentes ao Secretariado Executivo Intermunicipal. Referiu estar plenamente de acordo com as correções e alterações no que diz respeito ao regimento da Assembleia.-----

Pedi para usar da palavra o deputado José Batista. Iniciou a sua intervenção comentando que a proposta não contemplava erros, mas sim contemplava

omissões da lei, considerando importante que as notas propostas pelo deputado João Simões fossem incluídas, visto se tratar dos estatutos e não do regimento. Realçou a importância da questão da vacatura, do quórum, bem como, da votação. Terminou solicitando a integração das notas apresentadas pelo deputado João Simões, com a atual, devendo ser difundidas as várias propostas num único documento.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT propôs a criação de um grupo de trabalho, constituído por um representante de cada força política para análise dos estatutos e do regimento.-----

Inscreveu-se para usar da palavra o deputado Júlio Henriques, que considerou relevante e concordou com a criação do referido grupo de trabalho. -----  
Por outro lado, a Presidente do Conselho Intermunicipal pediu de igual modo para usar da palavra, comentando que os Estatutos, documento apresentado e aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal era um documento simples e sintético de rápida leitura, não pretendo assim que fosse um documento que referente a transposição da lei. Por outro lado, parecia-lhe correta a apresentação dos dois artigos apresentados pelo PS. Considerou de igual modo, a criação da comissão referida para o efeito uma boa sugestão.-----

Alertou todos os deputados que apenas tínhamos 90 dias para aprovação destes estatutos, sob pena de incorrerem em incumprimento.-----

O deputado Trincão Marques concordou com a constituição do grupo de trabalho referiu que podem existir estatutos mais minimalistas, ou mais extensos, contudo só não podem é violar a lei.-----

Solicitou novamente o deputado João Batista para intervir, dizendo que tinha ouvido atentamente a Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a opção deste órgão ter efetuado a apresentação dos estatutos de forma mais sucinta, contudo, via com muito agrado que fossem incluídas as notas do deputado João Simões, até porque a lei é extensa e assim não havia necessidade andarmos sempre a consultar dois documentos distintos: a lei e os estatutos.-----

O deputado António Ferreira interveio, alertando que em cima da mesa estava o prazo dos 90 dias, sendo um prazo a cumprir. Por outro lado, concordou com a criação do grupo de trabalho.-----

O deputado Rui Picciochi referiu estar a ser feita uma confusão em seu entender. Esclareceu que os estatutos eram da competência do Conselho Intermunicipal, onde os membros da Assembleia podiam dar as suas opiniões, o Regimento era da competência da Assembleia Intermunicipal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal referiu a necessidade de deixar uma nota, comentando que todos podemos ser ou não cúmplices do governo, não podemos é ficar sujeitos a esta lei, que leva ao esvaziamento de competências dos municípios.-----

Mais disse, que o debate já começava a ser longo e propunha colocar a votação dos estatutos com a alteração do PS, ou então criar a tal comissão para análise dos estatutos e do regimento.-----

A Presidente do Conselho Intermunicipal alertou o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal que a segunda opção não iria fazer cumprir os 90 dias, havendo a necessidade de cumprir este prazo sob pena de se ficar em incumprimento.-----

Deste modo e para não alongar mais este assunto, o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal colocou a votação os estatutos da CIMT, com as propostas apresentadas, bem como, a criação de um grupo de trabalho constituído por um elemento de cada força política com a Presidente do Conselho

Intermunicipal de modo a reformular os estatutos e o regimento.-----

Quanto aos estatutos, foram aprovados por maioria com 30 votos a favor, sem votos contra, e 6 abstenções.-----

Quanto à criação do grupo de trabalho, para reformular os estatutos e o regimento, foi aprovado por unanimidade. O grupo de trabalho foi constituído pelos seguintes deputados: Rui Picciochi do PS; José Baptista do PSD; Paulo macedo da CDU e João Simões dos Independentes por Tomar.-----

## **2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para 2014**-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra à Presidente do Conselho intermunicipal que referiu tratar-se de um documento de consolidação de um quadro de referência estratégica que estava a terminar. Por outro lado, referiu que este Plano e Orçamento para 2014 tinha uma nova configuração, com a inclusão de dois novos municípios, o da Sertã e o de Vila de Rei, alterações do ponto de vista das contas e do próprio plano de atividades.-----

Foi efetuada uma apresentação através de slides, começando por referir os 5 objetivos e as 5 orientações estratégicas, nomeadamente: valorizar os recursos endógenos e do potencial turístico; incorporar o valor na atividade empresarial; promover a coesão e a qualidade de vida, consolidar a massa crítica urbana e por último, governar de forma inteligente e multidimensional.-----

De seguida a Presidente do Conselho Intermunicipal fez uma breve apresentação dos objetivos estratégicos relacionando-os com os vários projetos.-----

Referiu que estávamos a preparar o plano estratégico para o novo ciclo de investimentos, estando já numa fase adiantada, porque no próximo mês tínhamos de apresentar uma versão preliminar sobre este plano, que no fundo reflete naquilo que é a aplicação e no que Bruxelas nos está a pedir.-----

Foram referidos os vários workshops, seminários realizados para o efeito.-----

Passando de forma muito genérica sobre os vários projetos dentro de cada uma das várias orientações, tratando-se da conclusão de projetos que estão em curso e que cabem dentro destas orientações.-----

Começou por ser indicado o projeto da Afirmção Territorial e Marketing Territorial, trabalho que tem vindo a ser desenvolvido há algum tempo com o intuito de consolidar a estratégia de promoção da região do Médio Tejo, cada um dos concelhos como um todo.-----

Um outro projeto referido, que tem a ver com a gestão dos riscos naturais, através da compra do equipamento diverso para as corporações de bombeiros. Esta candidatura por imposição de lei caiu e está agora a aguardar junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil a abertura para os dois novos municípios da Sertã e de Vila de Rei.-----

No que diz respeito ao empreendedorismo através do projeto EM\_Rede, foi referida a parceria com o Nersant, bem como com Tecnopolo do Vale do Tejo.-----

Um eixo que se considera de igual modo fundamental tem a ver com a regeneração e reabilitação urbana nomeadamente nos centros históricos de cada uma das autarquias.-----

Quanto à questão da mobilidade, importou referir o projeto do Transporte a Pedido, através do projeto-piloto em Mação, que se pretende igualmente estender a outros municípios. Foram também enunciados os projetos ligados aos sistemas de informação geográfica, ao programa intermunicipal de acessibilidade local, bem

como, a formação para todos os colaboradores das câmaras municipais associadas.-----

Por outro lado, foi salientado o projeto do Médio Tejo Online, recentemente aprovado no âmbito do SAMA e que diz respeito à modernização administrativa. Foi referido a questão da contratualização, do sistema de segurança e higiene no trabalho.-----

Esclareceu ainda, que os projetos anteriormente efetuados individualmente por cada um dos municípios, terão agora uma abordagem diferente, têm uma visão regional.-----

Daqui para a frente, vamos ter um trabalho difícil, novo, com apostas estratégicas para o desenvolvimento da nossa região.-----

A Presidente do Conselho Intermunicipal referiu ser o orçamento mais baixo desde 2005, e que havia uma diferença mínima no orçamento de 2013 para 2014.-----

Comentou que do ponto de vista de colaboradores, atualmente a CIMT tem 32, e que não correspondem na totalidade à realidade, pois existem algumas situações que devem ser esclarecidas. Por exemplo, duas pessoas que estão fora noutras autarquias por cedência de interesse público, também duas pessoas que estão em mobilidade dentro da sua carreira, que aparecem a ocuparem um lugar e outro no que diz respeito a um concurso que está a decorrer. De igual modo referir que, uma CIM que passou de 11 municípios para 13, incorporar o património daquilo que a CIM foi extinta vier a deixar.-----

Para terminar, dizer que desde 2008 as quotas dos municípios não sofriam qualquer alteração, pesa embora terem entrado dois novos municípios, do ponto de vista da quota há um aumento, contudo foi decidido diminui-la em 3%, uma vez que também os municípios sofreram esse corte nos seus orçamentos.-----

Terminada a sua intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra ao deputado João Simões. Começou por referir que as fichas de projeto mantinham um bom nível de elaboração e permitiam uma leitura prospetiva e perspetiva das atividades e ações previstas, custos estimados e formas de financiamento.-----

Quis fazer um reparo, pois considerou haver necessidade de cuidar a redação dos textos, nomeadamente na página 2 do último parágrafo - "assenta nas... nas quais assentará o plano e que assenta...".-----

Quanto à visão e missão da CIMT - promover, através de um modelo de governação conjunta, o desenvolvimento da região, como um território a descobrir, investir, trabalhar e viver, sublinhando que para isso é necessário a atração das pessoas ao território, a criação de emprego e a fixação das populações, principalmente dos mais jovens e dos mais qualificados, referindo não ser só uma missão desta CIMT, mas que devemos ter aqui um papel fundamental.-----

Considera correta a relação e a ordenação dos objetivos, que se encontra explicada com detalhe.-----

Quanto ao orçamento e no que diz respeito ao objetivo estratégico II, o valor para a promoção do turismo (90.000€) afigura-se-lhe bastante baixo, tal como, para o marketing territorial (50.000€), embora se preveja a sua implementação com a Entidade Regional do Turismo do Centro, considera que se deve articular com os municípios para criar sinergias e evitar sobreposições e desperdícios.-----

Entende também ser baixo o valor para a promoção e divulgação (50.000€). Quanto ao objetivo estratégico II, considerou muito importante a regeneração e reabilitação urbana do Médio Tejo, contudo entende ser um valor muito baixo para concluir estudos em curso e para viabilizar o fundo imobiliário dinamizado pelo CIM do Médio Tejo.-----



Quanto ao objetivo estratégico IV referiu ser da maior importância o projeto do transporte a pedido, realçou a continuidade do financiamento do projeto no concelho de Mação, bem como, para o desenvolvimento de funcionalidade com um estudo técnico do desenho do serviço alargado aos concelhos de Tomar, Ourém, Vila Nova da Barquinha. O sistema integrado de transportes é crucial. A mobilidade no interior do Médio Tejo cujas condições devem ser melhoradas para suprimir as lacunas existentes.-----

Quanto ao projeto Gestão em SIG, disse que os projetos/atividades parecem concluídos e os que se irão iniciar têm ainda pouca dotação orçamental.-----

No que concerne ao objetivo estratégico V – governar de forma inteligente e multidimensional, médio tejo online, modernização administrativa, faturação eletrónica, a plataforma de educação que está com uma estimativa mais baixa, 215 mil euros, metade da estimativa orçamental para o ano de 2014 e que inclui a gestão integrada de refeições escolares, transportes escolares, docentes e não docentes, parque e equipamento escolar, ação social escolar. Considerou tratar-se de um objetivo fundamental face à crise que existe atualmente.-----

Considera fundamental promover economias de escala e novas competências nas aquisições eletrónicas, estas aqui através da Central de Compras. Por outro lado, a elaboração do Plano Estratégico para o período de programação comunitária 2014-2020, com uma verba de mais ou menos 65.000€, tem dúvidas que permita um grande desenvolvimento, mas considera importante este plano.-----

Como conclusão, referiu estarem previstas novas competências delegadas pelo poder central, celebração de contratos administrativos em áreas específicas (enumeradas na página 24) e pelos órgãos municipais. Espera que a sua transferência seja acompanhada com meios necessários e suficientes ao seu exercício, o que nem sempre tem acontecido!!! Ainda quanto à Estratégia 2020, referiu que existe a expressa intenção da CIMT se preparar adaptar às metodologias de intervenção do próximo quadro estratégico comum. Assim, para além das inúmeras atividades previstas e descritas nas Opções do Plano e Orçamento para 2014... esperando-se que as mesmas contribuam para a aproximação das decisões dos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, só lhe resta acrescentar "Oxála!".-----

Terminada esta intervenção o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra ao deputado Paulo Macedo.-----

Referiu que não seria alongar muito, contudo queria fazer uma proposta concreta e colocar duas questões à Presidente do Conselho Intermunicipal. Referiu que provavelmente para 2014 não iria ser possível, até porque já tinha sido referido não haver dotação para o efeito, mas talvez pudesse ser viável introduzir esta proposta na estratégia de desenvolvimento territorial.-----

A proposta então apresentada em 2010 pela CDU tinha a ver com a existência de 3 polos de ensino politécnico, centrados em Abrantes, Tomar e Torres Novas. A importância da sua ligação ao território envolvente na partilha de soluções para os contextos próprios da região do Médio Tejo, na promoção de uma estratégia cultural com as autarquias e outras organizações, que contribua para gerar motivações que permitam fixar as populações e novos quadros à região, e o seu papel fulcral na concretização de uma estratégia regional para o desenvolvimento sustentável.-----

Por isto mesmo se consolidava o ensino politécnico, se desenvolvia as instituições em investigação e desenvolvimento e se promovia a articulação dos estabelecimentos com o tecido produtivo.-----

Olhando para a missão deste plano e orçamento para 2014 e sabendo que em Tomar tinha sido assinado um protocolo da SoftINSA, empresa do grupo IBM, com a câmara municipal de Tomar e o Instituto Politécnico de Tomar, neste momento a criar já bastantes postos de trabalho, acham estranho que na região e nas palavras

do Presidente da IBM ser referido que esta ajudará a colocar Portugal no mapa como um centro de excelência de nearshore, o qual acredita que será imperativo para Portugal. Contudo, considerava importante que o Instituto Politécnico de Tomar tivesse uma articulação com a CIMT.-----

Quanto às questões propriamente ditas, e no que diz respeito ao objetivo estratégico V, no que se refere ao Médio Tejo Online, gostaria de saber quanto à plataforma escolar que é referida, o que está ser previsto em matéria de gestão de disciplinas extracurriculares, gestão de cantinas e refeições, gestão de transportes escolares, gestão de docentes e não docentes, gestão de parte de equipamento escolar, bem como, toda a gestão da ação escolar. Por outro lado, queria também ter mais informação sobre a verba atribuída para a gestão desta plataforma, bem como, informação sobre o fundo imobiliário, ou seja, saber o que estava a ser preparado preparado para o desenvolvimento urbano integrado.-----

De seguida foi dada a palavra à deputada do PSD, Ana Cláudia Cohen, que referiu que o que o documento reflete tem a ver com a atual conjuntura financeira e jurídica que é peculiar. Por outro lado, trata-se de uma transição de ciclos, sendo o ano de 2014 o retrato disso mesmo. Aguardam com expectativa a discussão da estratégia 2020. Por outro lado, vêm com muito bom agrado a preocupação com os recursos humanos, pois consideram que numa época de viragem, é fundamental este reforço. Terminou a sua intervenção referindo que a sua bancada o iria aprovar.-----

Pedi para usar da palavra o deputado João Lérias. Mais uma vez foi referida a boa apresentação do documento, o qual agradeceu. Reafirmou ser um documento interessante. Realçou de igual modo, o fim de um ciclo e o início de outro. Acrescentou que deveríamos ser inteligentes na governação. Terminou referindo duas áreas interessantes, nomeadamente a mobilidade nesta região, bem como, a interligação entre a CIMT e outras entidades.-----

Esclareceu que vão votar favoravelmente este documento.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu de seguida a palavra ao deputado Hugo Costa, que comentou que estava a ser um feito um trabalho notável e com menos dinheiro. Solicitou à Presidente do Conselho Intermunicipal que lhe dessem mais esclarecimentos sobre o projeto do transporte a pedido. Realçou a importância de abraçar projetos como é o caso do EM-Rede.-----

Terminada a sua intervenção, usou da palavra o deputado Manuel Sousa Ligeiro. Começou por referir que tinha tido algumas dificuldades na preparação da reunião, pois tinha solicitado a documentação em papel, e tinha-lhe sido fornecida em suporte digital, por isso também tinha tido pouco tempo disponível. Referiu ter tido alguma dificuldade para conjugar a informação dos diversos documentos disponibilizados, e talvez por isso não tinha encontrado algumas medidas que gostava de ter encontrado.-----

As medidas a que se estava a referir diziam respeito a medidas para contrariar austeridade; medidas para minimizar os prejuízos da concentração/fecho dos serviços públicos (saúde, correios), comentando ser difícil imaginar uma estratégia de inclusão social sem serviços públicos; medidas que facilitem a deslocação através de uma melhor adequação dos transportes públicos, contudo não poderia deixar de referir que se assume a redução de despesa pública.-----

Assume que a estratégia de intervenção assente a proximidade aos cidadãos e empresas mas promovendo a redução da despesa pública, referindo ser contraditório. A austeridade continua a fazer-se sentir, comentou.-----

Quanto ao Plano e Orçamento para 2014 referiu que reflete o fim de um ciclo, o ciclo do QREN. Esclareceu que uma parte dos projetos em curso termina e que a outra parte tem execução muito reduzida.-----

Quanto ao futuro, considerou importante o Plano Estratégico do Médio Tejo 2014-2020, referindo a necessidade de se organizar o futuro a médio prazo. Considera muito importante e merecia, neste plano maior desenvolvimento, em seu entender.

Considera que devem ser encontrados outros produtos para além do turismo. A situação geográfica do Médio Tejo é muito boa, contudo deverá ser valorizada. Quanto ao orçamento referiu que continua a ser pequeno e que ficará muito mais pequeno se o grau de execução não melhorar.-----

Com o intuito de esclarecer as questões dos deputados, o Presidente da Mesa da Assembleia da Intermunicipal deu a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal que esclareceu todos.-----

Começou por esclarecer o deputado João Simões relativamente ao baixo financiamento referente ao turismo, divulgação, regeneração urbana, informando que se trata de oportunidades pois estamos a aproveitar o que o quadro comum nos disponibiliza.-----

Quanto à questão do transporte a pedido, foi igualmente desmistificado, pois comentou que o atual sistema é deficitário, com custos imensos e atualmente ninguém avança sem financiamento.-----

Referiu também que não é da competência das câmaras municipais os transportes intermunicipais.-----

Quanto à plataforma de gestão escolar, é uma plataforma que permitirá a vários interlocutores interagir com as várias áreas, como é o caso de gestão das refeições, dos transportes. Considerou importante haver um projeto educativo supramunicipal, ou seja, em vez de cada autarquia se desenvolver individualmente nesta matéria, se desenvolver através de um planeamento regional.-----

Quanto aos documentos digitais, referiu que era nossa prática efetuar o envio dessa maneira, contudo, se alguns dos deputados assim entendessem que deveria ser feita em papel que o indicasse. Apenas queria deixar um alerta, sendo que estamos numa época virada para as novas tecnologias deveriam os deputados pensar melhor a forma de receber os documentos.-----

Terminados os esclarecimentos, o documento foi colocado a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade, com a presença de 37 deputados na sala.-----

### **3. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMT referiu que se tratava de um documento resultante da gestão corrente e decorrente da lei apenas para conhecimento dos deputados. Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo.-----

### **6. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.-----**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT registou que, não havendo público na sala, não existia intervenção do público. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT deu como encerrada a sessão.